



Foto: Alexandra Martins

Câmara, Senado e CGU assinam acordo para transparência de informações sobre a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 p.5



Foto: Nilson Bastian

CFFC convoca autoridades e sociedade civil para debater temas de interesse público p.6,7 e 8



Foto: Aldemir de Moraes

CFFC lança Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle p.3

Editorial

Somos eleitos pelo povo para representar cada um no Congresso Nacional. Isso significa trabalhar para um Brasil moderno e eficiente. Nosso papel é elaborar leis que promovam nosso país, buscar a melhoria de vida dos brasileiros e também fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Essa fiscalização é a razão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Os deputados membros da CFFC trabalham para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta. À frente desta Comissão tenho trabalhado para assegurar a plenitude do exercício de fiscalização constitucionalmente garantido ao parlamento.

Para que a política pública consiga atingir seus objetivos com êxito, não basta apenas boa vontade dos agentes responsáveis por seu planejamento e execução. A fiscalização é tão importante nesse processo quanto os procedimentos que a antecedem, pois é por meio do processo fiscalizatório que a sociedade poderá cobrar a efetividade do gasto do dinheiro público. O lançamento da Cartilha de Fiscalização e Controle tem o objetivo de incentivar a participação da população nas ações públicas, esclarecendo os processos e estimulando a fiscalização.

Em conformidade com o papel cidadão da Comissão, a CFFC entregou o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, no mês de novembro, para o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na categoria Governamental, em homenagem a inovação na disponibilização das informações da administração pública pela internet, através do Portal da Transparência. Na categoria Sociedade Civil, a premiação foi concedida para a Organização Não Governamental, Sociedade Eticamente Responsável - SER, de Maringá-PR, pelo projeto Observa-

tório Social, que fiscaliza os processos licitatórios da gestão pública, evitando irregularidades e/ou favorecimentos.

Para garantir a transparência e a correta gestão dos recursos públicos referentes à Copa de 2014 e às Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, a Câmara dos Deputados, o Senado e Controladoria-Geral da União - CGU fizeram um acordo e criaram o Portal Copa Transparente, onde todos os dados alusivos ao uso do recurso público, pelos governos federal, estadual e municipal estão à disposição dos brasileiros para fiscalização. As informações são centralizadas o que garante menos burocracia e facilidade para acessar as informações.

Os membros da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas 2016 - Subcopa, estiveram em Brasília, Salvador, Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba para visitar e verificar o andamento das obras nos estádios e as de infraestrutura nas cidades.

Convidamos autoridades para participar de audiências públicas. Os debates envolveram assuntos relacionados aos interesses e desenvolvimento do país. Entre eles, a atuação das empresas de telefonia no Brasil, o fim do exame da OAB e o desvio de recursos destinados à saúde. Estiveram presentes o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster; o presidente da Anatel João Batista Rezende; a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso e o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann.

Também merece destaque o Seminário Políti-

cas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Reflexos na Economia do Brasil, realizado na CFFC, que debateu com autoridades e economistas formas de crescimento para o país. A preocupação é a de avaliar o modelo de crescimento em vigor para garantir uma economia estável.

Para finalizar agradeço a Regina Pereira GAMES - secretária da CFFC, todos os assessores, servidores e membros da Comissão, pelo empenho e envolvimento nas atividades em 2012.

Desejo a todos uma boa leitura. ■



Deputado Federal EDMAR ARRUDA
Presidente da Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Entenda as funções da CFFC

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC é a comissão permanente que melhor representa o papel fiscalizatório da Câmara dos Deputados. Uma de suas principais competências é acompanhar, fiscalizar contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacionalmente a União e as entidades da administração direta e indireta. Isso quer dizer que a atuação da Comissão se dá sobre os recursos públicos federais, sejam eles aplicados diretamente pelos ministérios, autarquias e fundações ou transferidos por meio de convênios, para os estados, DF e municípios.

Também são atribuições da CFFC o acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, a tomada de contas do Presidente da República, a aprecia-

ção de representações do Tribunal de Contas que objetivam a sustação de contratos impugnados e também o exame de relatórios de atividades do TCU.

Para exercer o seu papel, a CFFC dispõe de três principais instrumentos: as Propostas de Fiscalização e Controle, os Requerimentos e as Representações. É por meio deles que fatos passíveis de fiscalização chegam ao conhecimento e são discutidos e votados pelo Colegiado.

A partir de então, para subsidiar os trabalhos, poderão ser requisitados relatórios, balanços, auditorias e informações sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de

Contas da União, órgão que tem atribuição constitucional de auxiliar o Legislativo em sua função fiscalizatória.

É importante ressaltar que por meio das Representações se dá a interação com a sociedade. Elas podem ser apresentadas por pessoa física ou jurídica, contra atos irregulares ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

A CFFC também realiza audiências públicas, que são reuniões que visam promover o debate de parlamentares com autoridades, técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil, a fim de instruir matéria sujeita a sua atuação fiscalizatória, bem como tratar de assuntos de interesse público relevantes relacionados às suas competências.

Cidadania

CFFC lança Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle

Chamada de manual de exercício da cidadania a cartilha pretende incentivar a população para a fiscalização e aplicação dos recursos públicos

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle lançou no início de dezembro a 3ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle, que tem o objetivo de incentivar a participação da população nas ações públicas, esclarecendo, de forma clara e direta, os componentes desse processo e estimulando a fiscalização e aplicação dos recursos públicos.

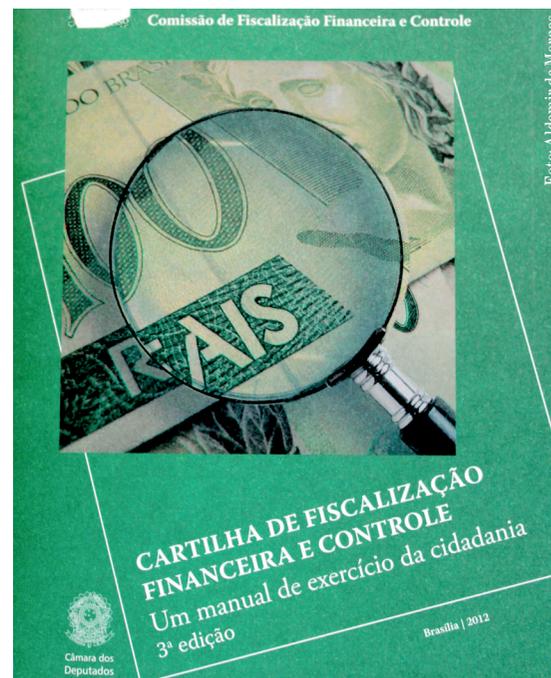
No conteúdo também há explicações sobre o papel e competência da CFFC. Informações sobre os órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos públicos, principais tipos de irregularidades na aplicação dos recursos (sobrepço, superfaturamento, licitações dirigidas, notas de empresas fantasmas etc), como pesquisar quais as verbas transferidas para cada município e também sobre como a sociedade pode participar do planejamento e da fiscalização das ações do governo por meio dos conselhos de políticas públicas estão disponíveis na cartilha.

Para orientar e esclarecer sobre os principais programas do Governo Federal, o documento

traz explicações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Sistema Único Descentralizado de Saúde (SUS).

O leitor também tem acesso a modelos de requerimentos, representações, denúncia e notícia. “Para que uma política pública consiga atingir seus objetivos com êxito, não basta apenas a boa vontade dos agentes responsáveis por seu planejamento e execução. A fiscalização é tão importante nesse processo quanto os procedimentos que a antecedem, pois é por meio do processo fiscalizatório que a sociedade poderá cobrar a efetividade do gasto do dinheiro público”, ressalta o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Edmar Arruda.

A cartilha será distribuída em todo País e está disponível no site da Câmara, www.camara.leg.br
Fonte: Agência Câmara



A Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle está na 3ª edição

Deputado Edmar Arruda entrega Cartilha da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ao primeiro cidadão

Durante o lançamento da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle, o presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR) entregou um exemplar a Guilherme Franco, funcionário da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), simbolizando a entrega da Cartilha ao cidadão brasileiro. A publicação traz informações sobre o funcionamento da Comissão, o que são irregularidades na utilização dos recursos públicos e como identificá-las. Além desses tópicos, esta edição traz também orientações a respeito da Lei de Acesso a Informação, que garante o direito do indivíduo de obter informações dos órgãos públicos, e um capítulo dedicado a esclarecer o cidadão sobre o orçamento público e seu funcionamento entre estados e municípios.

O deputado Edmar Arruda acredita que a publicação é fundamental para incentivar a participação do brasileiro na vida pública. “O povo brasileiro deve fazer parte da vida pública, é um direito do cidadão saber para onde está indo o dinheiro dos seus impostos e o que fazer quando há mau uso desses recursos. Esta publicação tem esse objetivo de, com uma linguagem acessível, incentivar este engajamento”, destacou.



Guilherme Franco, funcionário da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) recebe das mãos do presidente e vice-presidente da CFFC a Cartilha de Fiscalização e Controle como ato simbólico de entrega aos cidadãos

Cidadania

CFFC entrega Prêmio Transparência e Fiscalização Pública

Foram concedidas duas premiações, uma na categoria *Governamental* e outra na categoria *Sociedade Civil*



Mesa de Abertura da Sessão Solene - deputado Edmar Arruda - presidente da CFFC e da Sessão Solene, deputado Edson Santos - 1º vice-presidente da CFFC, deputado Mauro Benevides - no exercício da presidência da Câmara, ministro Benjamin Zymler - presidente do TCU e ministra Eliana Calmon Alves - oradora de honra

Em sessão solene realizada no mês de novembro, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC e a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados realizou a entrega das premiações aos vencedores do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2012. Os premiados foram o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD-SP), na categoria *Governamental* e a Organização Não Governamental, Sociedade Eticamente Responsável - SER de Maringá-PR na categoria *Sociedade Civil*.

O presidente da sessão solene, deputado federal Edmar Arruda (PSC-PR), destacou que a eficiência e a transparência são qualidades fundamentais na gestão pública e que todos os homenageados foram escolhidos por terem defendido esses princípios em suas atuações. "As premiações são uma forma de dizer 'muito obrigado' em nome de toda a sociedade brasileira", declarou Arruda.

A ministra do STJ - Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, recebeu a primeira homenagem do dia como oradora de honra da sessão solene. O diploma é um reconhecimento da Comissão por sua atuação como corregedora do Conselho Nacional de Justiça e foi entregue pelo vice-presidente da CFFC, deputado Edson Santos (PT-RJ) e pelo líder do PT, deputado Jilmar Tatto (PT-SP).

A ministra ressaltou a importância de homenagear as iniciativas que promovam a transparência e o controle na administração pública e agradeceu. "Estou feliz com a homenagem, mas quero dizer que ela não me pertence. Nesse momento peço permissão para entregar o prêmio aos juizes brasileiros que, como eu, acreditam na força da mudança e desafiam como dom Quixote os moinhos de vento", finalizou Calmon.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab agradeceu aos membros da Comissão e à Câmara pela premiação e ressaltou que, "Não se trata meramente de uma homenagem a mim, ao prefeito de São Paulo, mas sim à importância das políticas públicas que garantem o direito inalienável do cidadão de saber o destino do seu

dinheiro", destacou.

Para o líder do PSD, deputado Guilherme Campos (PSD-SP), autor da indicação, o prefeito paulistano "inovou e disponibilizou na internet as informações da Administração, com o site *De Olho nas Contas*, renomeado em 2011 para *Portal da Transparência*".

Na categoria *Sociedade Civil* o plenário da CFFC consagrou o prêmio à Organização Não Governamental SER - Sociedade Eticamente Responsável, indicada pelo presidente, deputado Edmar Arruda (PSC-PR), pelo projeto. O presidente destacou a importância da Sociedade para a transparência pública, retidão e idoneidade dos procedimentos de compras governamentais no município de Maringá, no Paraná. Ele complementa que a ONG "criou mecanismos para a atuação da sociedade de forma preventiva, visando coibir possíveis conluios, favorecimentos ou qualquer irregularidade em processos licitatórios que possibilitassem ações ilegais". Essa atuação levou a entidade a conquistar o reconhecimento da Organização das Nações Unidas.

A presidente da SER, Fábica dos Santos Sá, agradeceu ao deputado Edmar Arruda a indicação e destacou que "Após o reconhecimento internacional obtido pelo projeto é muito gratificante que a organização tenha este reconhecimento pela Câmara dos Deputados."



Deputado Edmar Arruda (PSC-PR) entrega prêmio da categoria Sociedade Civil à Fábica dos Santos, representante da Sociedade Eticamente Responsável de Maringá-PR

CFFC oficializa Moacir Micheletto e Jonathas Hugo Motta para patronos do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública

As indicações são uma homenagem pela atuação na vida pública

O plenário da CFFC oficializou o nome do ex-deputado, Moacir Micheletto e do ex-conselheiro do TCE/RO, Jonathas Hugo Parra Motta para patronos do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, nas categorias Governamental e Sociedade Civil, respectivamente.

Indicado pelo presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR), o ex-deputado Moacir Micheletto faleceu no início deste ano em circunstâncias trágicas em decorrência de um acidente de trânsito em uma rodovia no Estado do Paraná.

Para Edmar Arruda, Micheletto "preencheu todos os requisitos necessários para ser contemplado com essa importante posição. Para além da sua vida pública, que foi sempre idônea e pautada pelos interesses da sociedade, Micheletto se destacou também pela sua atuação cidadã, principalmente na área da agricultura, assegurando a milhares de trabalhadores rurais condições que permitiram ao Brasil conquistar uma posição de proeminência mundial nesse setor".

Marcelo Michelleto, filho de Moacir, recebeu o prêmio e se emocionou ao lembrar do trabalho realizado por seu pai nos seis mandatos que exerceu como deputado. Ele destacou que seu pai conduziu a vida parlamentar de acordo com princípios rígidos e que todos os políticos deveriam seguir este exemplo. "Se todos fizerem isso, tenho certeza que mudaremos o Brasil", afirmou.

O novo patrono na categoria Sociedade Civil, o ex-conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia, Jonathas Hugo Parra Motta, recebeu indicação do deputado Carlos Magno (PP-RO). Segundo o parlamentar, Motta, que faleceu há 5 anos, vítima de um infarto, foi brilhante advogado, tendo assumido, em 1983, a procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O patrono eleito atuou em diversos segmentos da administração pública daquele Estado, tendo sido indicado, em 1991, para assumir vaga no Tribunal de Contas estadual, colegiado que também presidiu. Motta teve participação relevante na elaboração da primeira e da segunda Constituições do Estado, tendo sido agraciado em ambas com o título de Constituinte Honorário. O prêmio foi recebido pela mãe de Motta, Maria Motta, que se emocionou ao agradecer aos deputados à homenagem ao filho.



Gilberto Kassab e Marcel Micheletto recebem homenagem das mãos do líder do PSD, Guilherme Campos

Esporte

Câmara, Senado e CGU assinam acordo para transparência de informações sobre a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016

O acordo pretende ampliar a transparência no uso de recursos públicos



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para o Portal da Copa. Deputado Edmar Arruda - Presidente da CFFC, ministro Jorge Hage - Controladoria-Geral da União, senador Rodrigo Rollemberg - Presidente da CMA e ministro Augusto Nardes - Presidente do TCU

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle assinou no mês de dezembro, um acordo de cooperação técnica com o Senado Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) para a troca de informações referentes aos recursos públicos reservados para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. A Câmara e o Senado farão a gestão compartilhada do *Portal Copa Transparente*, cuja entrada de dados será unificada com o Portal da Transparência, da CGU.

O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR), defendeu a transparência na administração pública, especialmente nos investimentos feitos pelos governos para os eventos esportivos. “Esta união de forças que celebramos é fundamental para a transparência e o controle da aplicação desses recursos na

realização de um dos maiores eventos mundiais, que será sediado pelo nosso país; a Copa de 2014”, declarou.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), explicou que os acordos vêm sendo discutidos há meses, a partir da demanda dos gestores das cidades e estados-sede. O ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, ressaltou as vantagens das informações unificadas tanto para os órgãos de controle quanto para a população. Segundo Hage, a mudança resultará não só em benefício para o gestor, mas, sobretudo em melhorias para a população. “Até agora, as cidades e os estados-sedes tinham que mandar as informações para dois lugares diferentes. Agora, a unificação da entrada dos dados significará muito mais facilidade, agilidade, atualização mais rápida e evitará contradições, inclusive

por disparidade do momento em que um portal já tenha uma informação que o outro ainda não atualizou”, explicou.

O deputado Edmar Arruda acrescentou que é importante dar oportunidade para o cidadão aprender como fiscalizar e exigir que os recursos federais venham em benefício dele. “Isso é muito importante em um país que estamos buscando fazer, cada dia mais, com que os recursos públicos aplicados sejam, de fato, retornados para o cidadão em forma de benefício. Infelizmente, ainda não é da cultura do brasileiro exigir os seus direitos”, argumentou.

A partir do Acordo, a CFFC e a CMA irão manter em conjunto a gestão do Portal Copa Transparente, que divulga dados e documentos informados pelos responsáveis pelas execuções das ações referentes aos gastos destinados à Copa do Mundo 2014. A inserção dos dados segue uma determinação da Instrução Normativa nº 62/2010, do Tribunal de Contas da União, que condiciona a liberação de recursos para execução dessas ações à manutenção pelos gestores de dados atualizados no Portal.

O *Portal Copa Transparente* é uma importante ferramenta para agentes fiscalizadores e cidadãos no que se refere ao acompanhamento dos gastos realizados pelos governos federal, dos estados e dos municípios nas obras de infraestrutura, de construção e de reforma de estádios e na contratação de serviços para a realização dos eventos. Fonte: Agência Câmara

Subcopa realiza visitas técnicas em cidades-sede da Copa de 2014

Deputados estiveram em diversas cidades para verificar o andamento das obras

Neste 2º semestre de 2012, a Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais Destinados à Copa de 2014 e às Olimpíadas 2016 - SubCopa, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC, esteve em diversas cidades-sede do mundial de futebol. O objetivo das visitas técnicas é acompanhar a execução dos orçamentos que envolvem recursos federais e o cumprimento dos cronogramas de trabalho.

Os membros da Comissão estiveram presentes nas cidades de Brasília, Salvador, Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Uma das primeiras obras a receber a visita foi a do Estádio Nacional de Brasília, durante o mês de novembro. O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR) e os deputados Marcelo Matos (PDT-RJ), presidente da SubCopa, e Filipe Pereira (PSC-RJ), relator da

Subcomissão, formaram a comitiva.

O deputado Edmar Arruda ressaltou na ocasião que, apesar de não utilizar recursos públicos federais, o estádio nacional de Brasília recebeu a visita dos parlamentares por representar um modelo de gestão e eficiência.

Arruda destacou que as obras em Brasília são modelo para o restante do país. “Viemos até aqui para verificar os passos que foram dados por toda a equipe responsável pelo desenvolvimento desta obra para que ela tenha atingido este nível de excelência”, declarou.

Um exemplo disso é o orçamento da obra, que está sendo cumprido de acordo com o previsto, sem necessidade de aditivos e o cronograma de entrega, que está à frente do exigido pela FIFA. Os estádios que irão receber a Copa das Confederações devem estar prontos, de acordo com a FIFA, até abril de 2013.

A última visita do ano foi à cidade de Curi-

tiba, no estado do Paraná. A comitiva formada pelo presidente da CFFC, Edmar Arruda, o presidente da SubCopa, Marcelo Matos e pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), esteve nas obras do Aeroporto Internacional Afonso Pena e da Arena da Baixada. A previsão de conclusão das obras na capital paranaense é junho de 2013.



Subcomissão da Copa de 2014 visita as obras da Arena do Atlético Paranaense em Curitiba

Audiências Públicas

Telefonia

Presidente da Anatel critica atuação das empresas de telefonia no Brasil

Agência reguladora reconhece as dificuldades que o setor enfrenta, mas é otimista quanto às melhorias até a Copa 2014

O presidente da Anatel, João Batista de Rezende, participou no dia 5 de setembro de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel no Brasil. Ele criticou a atuação das empresas no país e destacou que a Anatel vem tomando todas as medidas necessárias para melhorar a situação e irá promover avaliações trimestrais sobre os avanços de cada empresa.

Os deputados questionaram o presidente da Anatel sobre a situação atual, a demora da Agência em agir, os custos do setor, os fatores que impactam na qualidade do sinal e as reais perspectivas de melhora da telefonia. O presidente da Anatel ressaltou a expansão do mercado de telefonia móvel no Brasil nos últimos anos e o descompasso entre este crescimento e a infraestrutura ofertada pelas empresas. Segundo ele, este descompasso resultou na crise que tomou conta do setor com índices recordes de queixas nos órgãos de defesa do consumidor e na própria Anatel contra os serviços prestados pelas empresas. "Um mercado grande não pode ser justificativa para um serviço ruim", enfatizou.

No Brasil estão ativas aproximadamente 260 milhões de linhas telefônicas, mas com os chips não utilizados, são na prática cerca de 150 milhões de usuários. As empresas de telefonia faturam em torno de R\$ 180 bilhões por ano. Diante deste mercado extenso, o presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR) ressaltou a importância da audiência proposta pelo presidente da Subtele, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do diálogo permanente com a so-

cidade para que os consumidores tenham um serviço de telefonia de qualidade. "O cidadão paga pelo serviço e tem direito a usufruir dele com qualidade, o que definitivamente não vem acontecendo no nosso país. Nós, consumidores, estamos sendo enganados. A TIM, por exemplo, vende um serviço 'gratuito' que não funciona. Isso é pura enganação", ressaltou.

Segundo Rezende, a Anatel fez uma série de estudos internos e solicitou às empresas informações como a taxa de queda nas chamadas, índices de interrupção de chamadas e o plano de investimentos por empresa até 2014 para a me-

lhoria do serviço. A medida considerada como mais rigorosa foi a proibição da comercialização de novas linhas da TIM, no entanto, de acordo com o presidente, a ação foi necessária já que a empresa apresentava os piores índices de qualidade em todos os estados do Brasil.

"Nós entendemos que as multas não seriam suficientes para a promoção da melhoria dos serviços. As empresas poderiam recorrer e isto não surtiria o efeito que a Anatel desejava, que era a constituição de planos de ação imediatamente", apontou Rezende.

Um dos planos da Anatel para ressarcir os consumidores dos prejuízos que vem acontecendo com chamadas derrubadas é garantir ao consumidor o direito de realizar nos próximos 120 segundos uma nova chamada, para o mesmo número, sem nenhum custo. A medida foi aprovada em 28 de novembro pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e entra em vigor 90 dias após publicação no Diário Oficial da União.



Foto: Nilson Bastian

CFFC recebe presidente da Anatel, João Batista Rezende, em Audiência Pública

OAB

CFFC realiza audiências públicas para debater o fim do exame da OAB

Deputados divergem sobre a aprovação no exame como pré-requisito para o exercício da advocacia

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizou audiências públicas nos meses de outubro e novembro para debater a exigência do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da advocacia no Brasil.

Na primeira audiência, realizada em 30 de outubro, a CFFC recebeu o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Henrique Lins, que apresentou aos deputados a posição do MEC: "Meu objetivo era trazer a vocês ferramentas para o debate, o MEC apenas cumpre o que está previsto em Lei e que inclusive já

teve um parecer favorável do Superior Tribunal Federal - STF", defendeu.

Entretanto, para o autor do requerimento da audiência, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a questão a ser discutida não é a legalidade da prova da OAB. "Nós sabemos que a prova tem fundamentação legal, o que queremos discutir é a excrescência desta regra e a necessidade de alterá-la urgentemente", enfatizou. O deputado também afirmou que, nesta questão, só existem dois caminhos: "Ou acabamos com o exame da OAB ou teremos que criar exames para exercício profissional de todas as

outras categorias".

O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR) também defende o fim do exame da Ordem e destaca que o papel de fiscalizar a qualidade de ensino e as faculdades de direito do país cabe ao Ministério da Educação e não a OAB. "Os estudantes de direito são os únicos do país que, após se graduarem e conquistarem o seu diploma precisam de um exame de uma associação profissional, para que possam trabalhar e exercer suas atividades".

O secretário do Ministério da Educação agradeceu o convite da CFFC e afirmou que irá levar todos os argumentos apresentados ao ministro Aloísio Mercadante.

Para dar continuidade ao debate, em 28 de dezembro, foi a vez das organizações da sociedade civil também participarem das discussões sobre o tema na Câmara dos Deputados. A audi-

ência pública foi marcada em atendimento aos Requerimentos nº 345/2012, do deputado Sibá Machado (PT-AC), e nº 351/2012, do deputado Carlos Magno (PP-RO). Participaram como convidados Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, assessor jurídico do Conselho Federal da OAB, representando o presidente da OAB; Daniel Lliescu, presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE; Gisa Almeida Moura, presidente da Associação Bacharéis em Ação; Rubens Teixeira, professor da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB - FAECAD; e Celso Orlando Galli (Willyan Jhones), presidente da Ordem dos Bacharéis do Brasil - OBB. O presidente da OAB enviou carta à Comissão, justificando sua ausência e designando o representante da OAB para o debate.

Nas suas explanações, Celso Orlando Galli, Gisa Almeida Moura e Rubens Teixeira defenderam a extinção do exame da OAB. Para os representantes das associações de bacharéis, a exigência do exame gera prejuízos econômicos e emocionais para os bacharéis, além de tratar-se de reserva de mercado da OAB e de usurpação das atribuições do MEC, que é o responsável por credenciar e fiscalizar as faculdades de Direito. O representante da UNE, Daniel Lliescu, limitou-



Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Henrique Lins debate fim do exame da OAB e pontua o parecer favorável do Superior Tribunal Federal - STF

se a apresentar os “prós e contras” da exigência do exame da OAB e informou que a UNE ainda não tem uma posição institucional definida sobre o tema. Já o representante da OAB, Oswaldo Pinheiro, defendeu a manutenção do exame, argumentando que ele é necessário para garantir a boa qualidade dos serviços prestados à sociedade, haja vista a proliferação de faculdades de Direito no país, muitas das quais funcionam precariamente e não garantem a formação de bons

profissionais.

Durante os debates, os deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autor do projeto de lei que propõe a extinção do exame da OAB, os autores dos requerimentos, deputados Carlos Magno (PP-RO) e Sibá Machado (PT-AC), e o deputado Vicentinho (PT-SP) também defenderam o fim da exigência do exame da OAB para o exercício da advocacia. Já o deputado José Mentor (PT-SP) defendeu a manutenção do exame.

Petrobras

Presidente da Petrobras fala em audiência pública sobre plano de negócios da empresa

Graça Foster apresentou números gerais da empresa, falou sobre o andamento das operações do Comperj e das refinarias no Nordeste

A presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, participou no mês de setembro de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Os principais temas do debate foram o plano de negócios da Petrobras, o andamento das operações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e das refinarias no Nordeste.

Foster apresentou números gerais da empresa e algumas séries históricas como os preços do combustível no país desde 2002 até o primeiro semestre de 2012 em comparação com o mercado internacional. A presidente destacou que, de fato, em períodos como 2003, 2007, 2009, 2010 e parte de 2011 a empresa brasileira operou com preços mais altos que o internacional, no entanto, esta é uma política que trouxe resultados positivos para a empresa.

A presidente da Petrobras complementou que o Comperj é o maior investimento da Petrobras no momento e o retorno gerado por este projeto será correspondente aos investimentos



Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, participa de audiência pública na CFFC e fala entre outros assuntos, sobre a expectativa da demanda por combustíveis no País

feitos. “Esse conjunto traz um resultado econômico bastante adequado, que justifica os grandes investimentos que serão feitos”, destacou. Segundo ela, a primeira fase deve ser concluída em 2015.

Alguns parlamentares ressaltaram os prejuízos para toda sociedade que decorrem do atraso destas obras. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ressaltou as dificuldades que o município de Itaboraí e região vêm sofrendo. “Até agora a cidade só enfrentou problemas e quanto maior a demora com a entrega do projeto pior a situação vai ficando”, afirmou.

Os deputados questionaram Foster a respeito das duas refinarias Premium previstas para serem construídas no Maranhão e no Ceará. Ela

afirmou que as refinarias serão construídas com base em um mesmo projeto: “O Brasil precisa destas refinarias e elas vão ser construídas, essa não é uma opção”.

Sobre a expectativa da demanda por combustíveis no país, Foster afirmou que a previsão é de crescimento de 4,5% ao ano entre 2011 e 2020. “Isso justifica a construção de refinarias, e faz todo o sentido para a Petrobras”, comenta.

A audiência foi convocada a partir do Requerimento nº 330/2012/CFFC, do deputado Edio Lopes (PMDB-RR) e do deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), e Requerimento nº 135/2012 da Comissão de Minas e Energia, dos deputados Domingos Sávio (PSDB-MG), Ronaldo Benedet (PMDB-SC) e Telma Pinheiro (PSDB-MA).

Tecnologia da Informação

Comissão recebe o TCU
para debater tecnologia
da informação

Trabalhos na área de TI buscam resultados no combate ao desvio de recursos públicos nos estados e municípios

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC realizou audiência pública no dia 21 de novembro para debater as ações do Tribunal de Contas da União - TCU no campo da tecnologia da informação.

A audiência foi resultado do Requerimento 350/2012, do deputado Edmar Arruda (PSC-PR), presidente da CFFC. Para o deputado, o assunto é muito relevante já que afeta diretamente a vida dos cidadãos. “A CFFC deve acompanhar

continuamente os trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal. A tecnologia da informação precisa trabalhar a favor do cidadão brasileiro, e não ser usada para manipular informações e facilitar desvios de recursos”, declarou Arruda.

O secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU, Cláudio Souza Castello Branco, fez uma apresentação para os parlamentares destacando os principais trabalhos desenvolvidos e os resultados obtidos. “Conseguimos, por exemplo, apurar e determinar correções no sistema que permitiam a inclusão de

empréstimos consignados para servidores públicos aposentados que não solicitaram”, declarou.

Castello Branco entregou os relatórios com as principais ações e auditorias no setor da tecnologia da informação. O secretário destacou a importância de contar com o apoio da CFFC para fiscalizar as aplicações do dinheiro público e a relevância do trabalho da secretaria. “No momento em que aperfeiçoamos a TI estamos aperfeiçoando a Administração Pública e caminhando para o princípio da governança institucional”, afirmou.



Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU, Cláudio Souza Castello Branco apresenta trabalhos desenvolvidos para o aperfeiçoamento da administração pública

Parcerias

Parcerias
fortalecem a
atuação da CFFC

No segundo semestre de 2012 foram realizadas audiências conjuntas com outras comissões da Câmara dos Deputados sobre temas em pauta na sociedade

Além das audiências realizadas na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 2012 os membros da CFFC foram autores de requerimentos de audiências conjuntas com outras comissões da Câmara dos Deputados. O resultado foram as audiências conjuntas que expressaram a preocupação de diversos colegiados da Casa.

Em novembro as Comissões CAE-SF, CDEIC, CFFC, CFT, CMA-SF e CMO se reuniram para ouvir o presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. O objetivo era evidenciar o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços - referente ao primeiro semestre do exercício de 2012.

Também no mês de novembro, houve reunião de audiência pública conjunta com a CME e CDEIC. Em debate, as interrupções no fornecimento de energia que ocorreram no país no último semestre de 2012. O ministro interino de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, participou da audiência que teve como um dos coordenadores o presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR).

A partir do requerimento da deputada Aline

Corrêa (PP-SP), membro da CFFC, foi realizada audiência pública para debater a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social. A audiência conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação - CFT trouxe um grande número de cidadãos à Câmara.

Participaram da audiência Alessandra Lopes Gadioli, diretora substituta do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Paulo Hadich, vereador da Câmara Municipal de Limeira/SP e presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (FEBRAEDA); Carlos Eduardo Ferrari, vice-presidente da Federação Nacional das AVAPE (FENAVAPE) e ex-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Wagner Nogueira da Silva, membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no Sistema Único de Assis-

tência Social (SUAS/MDS); José Eduardo Sabo Paes, procurador de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT); José Miranda de Oliveira Filho, representante da Rede Nacional de Ação Social; e Edna Alegro, ex-auditora fiscal da Receita Federal do Brasil.

Em dezembro a CFFC encerrou as parcerias em 2012 com a audiência pública conjunta com a CSPCCO, que discutiu a crise na segurança pública no país, em especial no Estado de São Paulo, com o crescimento no número de homicídios, em especial aos ataques a policiais. O debate contou com a presença do superintendente da Polícia Federal do Estado de São Paulo, Roberto Ciciliatti Troncon Filho.

Além da violência em São Paulo, os parlamentares apuraram também informações e esclarecimentos sobre as operações Porto Seguro e Durkheim, da Polícia Federal com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra.



Em audiência conjunta, presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda; presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Simão Sessim e ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann

Economia

Modelo de crescimento econômico do Brasil é visto com preocupação por economistas

Seminário sobre a economia do país foi tema de debate entre governo, parlamentares e sociedade civil organizada



Foto: Antônio Augusto

Seminário Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Reflexos na Economia do Brasil debateu com autoridades e economistas formas de crescimento para o país e os Brasileiros

“Não podemos permitir que o crescimento econômico do país esteja baseado no endividamento das famílias brasileiras, por isso estamos reunidos aqui hoje”. Com essas palavras, o deputado Edmar Arruda (PSC-PR), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, deu início ao Seminário “Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Reflexos na Economia do Brasil” no dia 22 de setembro, na Câmara dos Deputados.

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, defendeu que os estímulos ao consumo e o endividamento das famílias estão dentro de patamares normais e que redução de impostos e de juros do crédito, são importantes e já surtem efeito.

O representante do Banco Central do Brasil, Túlio Maciel, valida a postura de Oliveira e complementa que as medidas de estímulo ao consumo garantem bem-estar ao brasileiro. Para ele é preciso estar atento à relação investimento/consumo e consumo/PIB, que no Brasil são considerados adequados e em situação similar a maior parte de países do mundo.

Sobre o endividamento dos brasileiros, Maciel adverte que o Banco Central só considera endividamento aquele efetuado junto ao mercado financeiro. “É preciso ter cuidado na leitura dessas pesquisas, é preciso saber qual metodologia está sendo empregada, a pessoa pode considerar o aluguel que tem que pagar nos próximos meses como uma dívida, mas isso não é de fato endividamento”.

Com postura contrária, o presidente do Conselho Federal de Economia, Ermes Tadeu Zapelini, afirma que o cenário econômico do país é preocupante e as taxas de juros praticadas são

inacreditáveis. A logística e infraestrutura do país foi outro ponto destacado por ele como em situação caótica “Nós estamos transportando as riquezas do Brasil em milhares de caminhões, não há lógica nenhuma na logística brasileira”, ressaltou.

O presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, Manoel Enriquez Garcia, defende que essas medidas trazem algumas complicações além do endividamento, que segundo ele, já atingiu 57% das famílias, mas também a dificuldade de criação da poupança interna. A política praticada pelo Governo Federal, para ele, foi correta pontualmente, mas é incorreta do ponto de vista do médio e longo prazo. “Não há como consolidar um crescimento sustentável baseado nessa política, porque ela está sustentada no endividamento das famílias e isso não pode ser positivo”.

O professor Adolfo Sachsida, pesquisador do IPEA, é pessimista frente ao cenário atual. Para ele o Brasil está sim desenhando o retrato de um desastre e aquecer um mercado já bastante aquecido como o imobiliário é uma política arriscada e pode levar o país a uma crise sem precedentes. “A intenção do governo de

dar casa própria a pessoas pobres é louvável, mas as consequências podem ser trágicas”, destacou.

As apresentações foram encerradas pelo representante do Instituto Ludwig Von Mises Brasil, Fernando Ulrich, que também considera a situação da economia brasileira preocupante e que medidas de estímulo ao consumo devem ser interrompidas para evitar o endividamento insustentável das famílias. “Além de não incentivar o consumismo, o governo também não deveria reduzir artificialmente os spreads bancários. Essa redução deveria ser causada por políticas de mercado”, destacou.

O presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda (PSC-PR), considera que a discussão sobre as políticas públicas mais adequadas para manter o Brasil em um ritmo de crescimento sustentável foram ricas e irá gerar frutos. “Acredito que esse evento, em que conseguimos reunir economistas de diversos segmentos, foi só o começo e demonstra como todos estão preocupados em garantir que o país cresça de forma segura para todos os brasileiros e seja uma grande potência nos próximos anos”, finalizou Arruda.

Modelo de crescimento econômico no Brasil é adequado?	
Sim	Não
Dyogo Henrique de Oliveira Ministério da Fazenda	Ermes Tadeu Zapelini Conselho Federal de Economia
Túlio Maciel Banco Central	Manoel Enriquez Garcia Ordem dos Economistas do Brasil
	Adolfo Sachsida IPEA
	Fernando Ulrich Instituto Ludwig Von Mises Brasil

Orçamento 2013

Comissão aprova inclusão de recursos para o TCU no orçamento de 2013

As emendas são de autoria do presidente da CFFC, deputado Edmar Arruda

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) aprovou, no mês de novembro, quatro sugestões de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento de 2013 (PL 24/12-CN). As propostas são de autoria do presidente da CFFC, Deputado Edmar Arruda (PSC/PR).

A primeira proposta de emenda destina recur-

sos para a aquisição de um terreno para a ampliação da Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia, no valor de R\$ 20 milhões. A segunda propõe a construção do Anexo IV na Escola Superior de Controle do TCU em Brasília, no valor de R\$ 25 milhões. A terceira proposta, também destinada ao TCU, é para o provimento de cargos e funções e a

reestruturação de cargos, carreiras, e revisão de remunerações de pessoal ativo, no valor aproximado de R\$ 43 milhões. A quarta sugestão de emenda, refere-se a modificação ao texto da Lei (sem envolver valores), referente à reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Foto: Leonardo Prado



A CFFC fez em 2012, 47 reuniões, entre reuniões deliberativas e audiências públicas, várias visitas-técnicas às cidades-sedes da Copa de 2014, deliberou 85 Requerimentos e 21 relatórios de PFCs e pareceres de Representações

Deputado Edmar Arruda faz balanço das atividades da CFFC em 2012

O presidente da Comissão destacou os principais trabalhos realizados e a participação de autoridades dirigentes do país em audiências públicas importantes

Em seu discurso durante a última reunião de 2012 da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o deputado federal Edmar Arruda (PSC-PR) fez um balanço das atividades e ressaltou que foi um ano produtivo. No total, a CFFC realizou 47 reuniões. Além das 21 reuniões deliberativas e das 17 audiências públicas, foi promovido também um Seminário sobre Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo. A comissão também realizou a 3ª edição do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública e lançou uma nova edição da Cartilha de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos.

Delegações de diversos países, principalmente repúblicas recém-criadas do continente africano, visitaram a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle buscando conhecer a experiência brasileira para levar aos seus países.

Nas audiências públicas, estiveram presentes algumas autoridades dirigentes do país, como o

então presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República Sepúlveda Pertence; o ministro da Saúde Alexandre Padilha; a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais Ideli Salvatti; o ministro de Integração Nacional Fernando Bezerra; o presidente do Banco Central do Brasil Alexandre Tombini; o ministro interino de Minas e Energia Márcio Zimmermann e o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Também se destacam as ilustres presenças da presidente da Petrobras Maria das Graças Foster e do presidente da Anatel João Batista Rezende.

O presidente da CFFC ressaltou ainda o trabalho das Subcomissões do PAC, da Copa e da Saúde, que realizaram um total de 14 visitas-técnicas, sendo 11 dessas às cidades-sede dos jogos da Copa de 2014. Em relação às proposições, o deputado Edmar Arruda observou que a CFFC deliberou sobre 85 Requerimentos e sobre 21 relatórios de PFCs e pareceres de Representações.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Presidente: Edmar Arruda (PSC-PR) | **1º Vice-Presidente:** Edson Santos (PT-RJ) | **2º Vice-Presidente:** Wellington Roberto (PR-PB)

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Devanir Ribeiro PT-SP (Gab. 332-IV)	José Mentor PT-SP (Gab. 502-IV)
Edson Santos PT-RJ (Gab. 402-IV)	Odair Cunha PT-MG (Gab. 556-IV)
Vanderlei Siraque PT-SP (Gab. 15-II)	Sibá Machado PT-AC (Gab. 421-IV)
PMDB	
Anibal Gomes PMDB-CE (Gab. 731-IV)	Eduardo Cunha PMDB-RJ (Gab. 510-IV)
Edio Lopes PMDB-RR (Gab. 350-IV)	João Magalhães PMDB-MG (Gab. 211-IV) (Deputado do PRTB ocupa a vaga)
Giroto PMDB-MS (Gab. 277-III)	
Hugo Motta PMDB-PB (Gab. 582-III) - vaga do Bloco PV, PPS	
PSDB	
Carlos Brandão PSDB-MA (Gab. 529-IV) (Deputado do PEN ocupa a vaga)	Vanderlei Macris PSDB-SP (Gab. 348-IV) Vaz de Lima PSDB-SP (Gab. 850-IV)
PP	
Aline Corrêa PP-SP (Gab. 511-IV) (Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Carlos Magno PP-RO (Gab. 213-IV) Luís Carlos Heinze PP-RS (Gab. 526-IV)
DEM	
Ronaldo Caiado DEM-GO (Gab. 227-IV)	Davi Alcolumbre DEM-AP (Gab. 231-IV) - vaga do PSB Onyx Lorenzoni DEM-RS (Gab. 818-IV) vaga do PSB Pauderney Avelino DEM-AM (Gab. 610-IV) - vaga do PDT * Rodrigo Maia DEM-RJ (Gab. 308-IV)
PR	
Paulo Feijó PR-RJ (Gab. 286-III)	Anthony Garotinho PR-RJ (Gab. 714-IV)
Wellington Roberto PR-PB (Gab. 514-IV)	Davi Alves Silva Júnior PR-MA (Gab. 831-IV)
PSB	
Glauber Braga PSB-RJ (Gab. 362-IV)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
PDT	
Marcelo Matos PDT-RJ (Gab. 579-III)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Arnaldo Jordy PPS-PA (Gab. 606-IV)
PTB	
Nilton Capixaba PTB-RO (Gab. 724-IV)	(Deputado do PTC ocupa a vaga)
PSC	
Edmar Arruda PSC-PR (Gab. 962-IV)	Filipe Pereira PSC-RJ (Gab. 705-IV)
PCdoB	
Daniel Almeida PCdoB-BA (Gab. 317-IV)	(Deputado do PSD ocupa a vaga)
PSD	
	Sérgio Brito PSD-BA (Gab. 638-IV) - vaga do PCdoB
PRTB	
	Aureo PRTB-RJ (Gab. 581-III) - vaga do PMDB
PEN	
Fernando Francischini PEN-PR (Gab. 265-III) - vaga do PSDB	

(*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.
Dados atualizados em 02/01/2013



EXPEDIENTE

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Alexandra Fante | MTb 7389-PR

REPORTAGENS E TEXTOS: Jair Ferreira, Deborah Busko (MTb 9595-PR), Alexandra Fante e Natalia Oliveira. **EQUIPE CFFC:** Regina Games, Marcelo Lapa, Andrea Christina Menezes, Jair Ferreira, Ariadna Vasconcelos, Denize Pinto, Fátima Loureiro, Maristela Araujo, Hosane Silva, Ronaldo Araujo, Manuela Andrade, Ana Karolina Guimarães e Rayane Lopes. **DIAGRAMAÇÃO:** Nação Propaganda. **IMPRESSÃO:** Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA/CGRAF) em papel reciclado. **TIRAGEM:** 5.000 exemplares.

FALE CONOSCO: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle | Câmara dos Deputados. Anexo II - Ala A - Sala 163-A | CEP 70160-900 |
Telefone: (61) 3216-6672 | e-mail: cffc.decom@camara.leg.br